



FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	ATIVIDADE	DOCUMENTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO		OBSERVAÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO NORMATIVA
				CORRENTE	INTERMEDIÁRIO	ELIMINAÇÃO	PERMANENTE		
GESTÃO DA ASSISTÊNCIA 01 JURÍDICA E MULTIDISCIPLINAR	01.01 Prestar assistência jurídica	01.01.01 Realizar atendimento	01.01.01.01 Prontuário de cadastramento e atendimento de usuário	Vigência	50 anos	X		Refere-se ao cadastro dos dados pessoais do usuário, da demanda pretendida e dos atendimentos realizados em ambiente Verde. CONTÉM DADOS PESSOAIS.	Art. 4º da Ordem de Serviço nº 18/1995
			01.01.01.02 Formulário de avaliação de situação socioeconômica	1 ano	5 anos	X		CONTÉM DADOS PESSOAIS.	Art. 12, par. único da Deliberação do Conselho Superior nº 124/2017
			01.01.01.03 Declaração de situação de hipossuficiência	1 ano	-	X		Ao compor processo ou enquanto anexo de outro documento, seu tempo de guarda e destinação acompanhará o principal. CONTÉM DADOS PESSOAIS.	Art. 12 da Deliberação do Conselho Superior nº 124/2017
			01.01.01.04 Formulário do Núcleo de Audiência de Custódia - NUDAC	Vigência	50 anos	X		CONTÉM DADOS PESSOAIS.	Art. 3º da Deliberação CS/DPGE nº 107/2015
			01.01.01.05 Formulário do Núcleo de Audiência de Apresentação - NAAP	1 ano	5 anos	X		Refere-se ao documento produzido durante entrevista prévia à realização das audiências de apresentação na VII Capital. CONTÉM DADOS PESSOAIS.	Art. 5º LXIII, CRFB/88
			01.01.01.06 Carta de usuário	Vigência	3 anos	X		Refere-se ao documento recebido pela área criminal, produzido por pessoa acusada em processo penal ou apenada, presa ou não, ou por familiares/representantes. A vigência esgota-se com o envio da resposta, atendimento ou parecer. CONTÉM DADOS PESSOAIS.	
			01.01.01.07 Ficha de cadastro para mediação	2 anos	3 anos	X		Refere-se ao documento elaborado por mediador e/ou servidor que atua junto à Defensoria Pública. CONTÉM DADOS PESSOAIS.	Art. 2º, VI da Resolução DPGE nº 740/2014
			01.01.01.08 Questionário facilitador da mediação	2 anos	3 anos	X		CONTÉM DADOS PESSOAIS.	Resolução DPGE nº 925/2018
	01.01.02 Dialogar com outros órgãos públicos, entidades privadas, sociedade civil ou órgãos internos da Defensoria Pública	01.01.02.01 Livro de protocolo	1 ano	5 anos	X		Refere-se ao registro de ofícios, correspondências e processos expedidos e recebidos nos respectivos órgãos de atuação da Defensoria Pública. Incluem-se os "Livro de Expedição de Ofício", "Livro de S.O.C." (Solicitação Oficial de Comparecimento) e "Livro de Distribuição de Ação".	Art. 2º da Ordem de Serviço nº 18/1995 e Art. 6º da Ordem de Serviço nº 112/2017	
		01.01.02.02 Ofício de solicitação/requisição de informações, documentos, providências e outros	3 anos	2 anos	X		Refere-se ao documento expedido ou recebido pela Defensoria Pública.	Ordem de Serviço nº 112/2017	
		01.01.02.03 Ofício de gratuidade para serviços	3 anos	2 anos	X		Refere-se ao documento expedido pela Defensoria Pública para serviços gratuidade cartoriais e ligados ao DETRAN. CONTÉM DADOS PESSOAIS.		
		01.01.02.04 Resposta de Ofício	3 anos	2 anos	X		Refere-se ao documento com resposta ao ofício recebido ou expedido pela Defensoria Pública.		
		01.01.02.05 Ofício de encaminhamento para outro órgão da DP	1 ano	1 ano	X		Refere-se ao documento entregue ao usuário para comparecimento deste em outros órgãos da Defensoria Pública.	Resolução nº 925/2018; Deliberação do Conselho Superior nº 125/2017; Resolução nº 874/2017	
		01.01.02.06 Ata de reunião em Tutela Coletiva	3 anos	2 anos		X	Refere-se ao documento produzido pela Defensoria Pública com a transcrição de reuniões realizadas que podem conter acordos firmados entre a Defensoria Pública e autoridades/pessoas diversas. Ao compor processo ou enquanto anexo de outro documento, seu tempo de guarda e destinação acompanhará o principal.	Art. 35, inciso VII da Deliberação do Conselho Superior nº 125/2017	
		01.01.02.07 Termo de Registro de Depoimento	3 anos	2 anos	X		Ao compor processo ou enquanto anexo de outro documento, seu tempo de guarda e destinação acompanhará o principal. Termo de Registro de Depoimento colhidos em sede de tutela coletiva possui guarda permanente. CONTÉM DADOS PESSOAIS.		
		01.01.02.08 Recomendação	5 anos	2 anos		X	Refere-se ao documento encaminhado aos órgãos internos/externos e autoridades administrativas com recomendações a serem adotadas referentes a um tema específico.	Art. 9º da Deliberação do Conselho Superior nº 125/2017	
		01.01.02.09 Registro de Audiência Pública, Consulta Pública e Debates	5 anos	2 anos		X	Refere-se ao registro textual e/ou audiovisual produzido por órgãos externos.	Art. 5º, inciso XXVII da Deliberação do Conselho Superior nº 78/2011	
		01.01.02.10 Consulta jurídica	1 ano	1 ano	X		Refere-se ao registro de uma solicitação de orientação jurídica voltada à atuação de Defensoras(es).		
		01.01.02.11 Parecer	Vigência	5 anos		X	Refere-se a parecer jurídico, técnico e administrativo. A vigência esgota-se com a expedição de novo parecer com entendimento mais atualizado.		
		01.01.02.12 Procedimento para Comunicação de negativa de atendimento	Vigência	10 anos	X		Refere-se ao processo administrativo iniciado por meio de documento de comunicação próprio. CONTÉM DADOS PESSOAIS.	Resolução 1.131/2022; Art. 2º da Resolução nº 760/2015; Resolução nº 800/2015	
	01.01.03 Realizar visitas e fiscalização de unidades de saúde, prisionais, de internação coletiva, de acolhimento e socioeducativa e da rede de atenção à saúde (farmácias, polos de dispensação de medicamentos, centrais de regulação etc.)	01.01.03.01 Relatório de visita institucional	5 anos	2 anos		X	Refere-se ao documento produzido por equipe técnica da Defensoria Pública ou de órgão/entidade externa. Pode ou não compor um "Procedimento de instrução".	Arts. 13; 30, inciso V, e 35, inciso VII da Deliberação do Conselho Superior nº 125/2017	
		01.01.03.02 Relatório de fiscalização técnica	5 anos	2 anos		X			
	01.01.04 Acompanhar procedimento de instrução	01.01.04.01 Procedimento de instrução de tutela coletiva	Vigência	10 anos		X	Refere-se ao processo iniciado por meio de "Portaria de instauração de procedimento de instrução". Procedimento de instrução de tutela coletiva que tenha sido arquivado por decisão do Conselho Superior da Defensoria Pública (art. 26 da Deliberação CS/DPGE n.º 125/2017), após esgotado o prazo de guarda intermediária, será eliminado. A vigência esgota-se com o arquivamento total do procedimento.	Art. 15 da Deliberação do Conselho Superior nº 125/2017	
			01.02.01.01 Ficha de acompanhamento de caso	Vigência	5 anos	X		Refere-se ao documento elaborado pelo mediador que atua junto à Defensoria Pública. A vigência esgota-se com o término do procedimento de mediação. CONTÉM DADOS PESSOAIS.	Art. 4º, inciso IV da Resolução 999/2019





FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	ATIVIDADE	DOCUMENTO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO		OBSERVAÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO NORMATIVA
				CORRENTE	INTERMEDIÁRIO	ELIMINAÇÃO	PERMANENTE		
01.02	Prestar assistência em mediação de conflitos e métodos extrajudiciais	01.02.01 Propor, realizar e dar suporte à mediação de conflitos e à métodos extrajudiciais	01.02.01.02 Termo de compromisso com a mediação	3 anos	10 anos	X		Refere-se ao documento elaborado pelo mediador que atua junto à Defensoria Pública. CONTÉM DADOS PESSOAIS.	Art. 4º, inciso IV da Resolução 999/2019
			01.02.01.03 Termo de encerramento da mediação	3 anos	10 anos	X		Refere-se ao documento elaborado pelo mediador que atua junto à Defensoria Pública. CONTÉM DADOS PESSOAIS.	Art. 4º, inciso IV da Resolução 999/2019
			01.02.01.04 Termo de acordo extrajudicial	3 anos	27 anos		X	Refere-se ao acordo realizado pela Defensoria Pública no âmbito extrajudicial obtido por meio de negociação, conciliação ou mediação; Título executivo extrajudicial. CONTÉM DADOS PESSOAIS.	Art. 784, inciso IV do Código de Processo Civil; Art. 4º, inciso VII da Resolução 999/2019
			01.02.01.05 Relatório de finalização de caso da mediação	3 anos	10 anos	X		Refere-se ao documento elaborado por mediador e/ou servidor que atua junto à Defensoria Pública.	Art. 4º, inciso VIII da Resolução 999/2019
			01.02.01.06 Formulário de estatística mensal da mediação	5 anos	-		X	Refere-se ao documento estatístico, elaborado por mediador e/ou servidor que atua junto à Defensoria Pública, acerca das mediações realizadas na Defensoria Pública.	Art. 2º, X, Resolução nº 740/2014
			01.02.01.07 Termo de responsabilidade e compromisso de mediador extrajudicial	Vigência	10 anos	X		Refere-se ao documento assinado por mediador que atua junto à Defensoria Pública. A vigência esgota-se com o término do vínculo profissional e da prestação do serviço como mediador junto à Defensoria Pública.	Art. 9º da Resolução nº 999/2019 e art. 4º da Resolução nº 1000/2019
			01.02.01.08 Termo de adesão de mediador extrajudicial voluntário	Vigência	10 anos	X		Refere-se ao documento assinado por mediador voluntário que atua junto à Defensoria Pública. A vigência esgota-se com o término da prestação de serviço voluntária como mediador junto à Defensoria Pública. CONTÉM DADOS PESSOAIS.	Art. 4º da Resolução nº 1000/2019
			01.02.01.09 Formulário de controle de horas de mediação	10 anos	-	X		Refere-se ao documento elaborado pelo mediador e recebido pela Defensoria Pública na ocasião da solicitação de expedição de "Certificado de horas de mediação".	Art. 9º, inciso I da Resolução nº 1000/2019 e art. 17 da Resolução nº 999/2019
			01.02.01.10 Certificado de horas de mediação	5 anos	90 anos	X		Refere-se ao documento elaborado pela COMEPE.	Art. 9º da Resolução nº 1000/2019
			02	02.01 Defender os direitos individuais	02.01.01 Iniciar e acompanhar demanda judicial	02.01.01.01 Petição protocolada em demanda individual - processo físico	3 anos	2 anos	X
02.01.01.02 Protocolo de petição processual em demanda individual - processo eletrônico	3 anos	2 anos				X		Refere-se ao documento elaborado no ambiente eletrônico do Tribunal e/ou Sistema Verde que comprova o protocolo da peça processual. CONTÉM DADOS PESSOAIS.	
02.01.01.03 Procedimento referente ao pedido de análise de cabimento de Revisão Criminal	Vigência	50 anos				X		Refere-se ao processo administrativo que tem como objeto o pedido de análise de revisão criminal. A vigência esgota-se com decisão da Corregedoria pelo arquivamento do procedimento. CONTÉM DADOS PESSOAIS.	Deliberação do Conselho Superior nº 104/2015
02.01.01.04 Procedimento referente ao pedido de análise de cabimento de Ação Rescisória	2 anos	3 anos				X		Refere-se ao processo administrativo que tem como objeto o pedido de análise de propositura de ação rescisória. CONTÉM DADOS PESSOAIS.	Resolução nº 765/2015
02.01.01.05 Comunicado de prisão	1 ano	-				X		Refere-se ao documento recebido pela Defensoria Pública em que consta comunicação de prisão em flagrante/preventiva/temporária. CONTÉM DADOS PESSOAIS.	Art. 306, par. 1º do Código de Processo Penal
02.01.01.06 Comunicado de apreensão de adolescente	1 ano	-				X		Refere-se ao documento de comunicação de apreensão de adolescente, seja em flagrante ou seja por mandado, recebido pela Defensoria Pública. CONTÉM DADOS PESSOAIS.	Art. 173, I e 184, § 3º da Lei 8.069/1990; Art. 306, § 1º do Código de Processo Penal
02.01.01.07 Agenda de audiências judiciais	1 ano	4 anos				X			Art. 6º da Ordem de Serviço nº 18/1995
02.02 Defender os direitos coletivos	02.02.01 Iniciar, registrar e acompanhar demanda judicial coletiva	02.02.01.01 Petição protocolada em demanda coletiva - processo físico		3 anos	2 anos	X		Refere-se à segunda via do documento protocolado pela Defensoria Pública. CONTÉM DADOS PESSOAIS.	
		02.02.01.02 Protocolo de petição processual em demanda coletiva - processo eletrônico		3 anos	2 anos	X		Refere-se ao documento elaborado no ambiente eletrônico do Tribunal e/ou Sistema Verde que comprova o protocolo da peça processual. CONTÉM DADOS PESSOAIS.	
		02.02.01.03 Planilha de cadastro de ação judicial coletiva, procedimento de instrução instaurado e termos de ajustamento de conduta		Vigência	-		X	Refere-se ao documento que tramita internamente no órgão de tutela coletiva para controle de ação judicial coletiva. A vigência esgota-se com o término do acompanhamento da ação judicial coletiva, procedimento de instrução instaurado e/ou termos de ajustamento de conduta. CONTÉM DADOS PESSOAIS.	Art. 33 da Deliberação do Conselho Superior nº 125/2017
02.02.02 Orientar a atuação coletiva	02.02.02.01 Nota técnica de orientação de atuação	Vigência	-		X	Refere-se ao documento produzido pelas Coordenações com o objetivo de orientar a atuação dos Defensores a respeito de um tema específico. A vigência esgota-se com a publicação de nova Nota Técnica revogando a anterior.	Deliberação do Conselho Superior nº 125/2017		
03	03.01 Gerir cursos/oficinas temáticas destinados ao atendimento jurídico e/ou educação em direitos dos usuários da Defensoria Pública	03.01.01 Realizar cursos e oficinas temáticas para usuários	03.01.01.01 Dossiê de orientação/informação para o atendimento de usuários	1 ano	2 anos		X	Refere-se ao conjunto de documentos com fins didáticos utilizados para orientação e prestação de informação ao usuário da Defensoria Pública em uma oficina ou atendimento	Art. 4º, inciso III da Lei Complementar nº 80/1994
			03.01.01.02 Relatório de realização de curso/oficina temático para usuário	1 ano	2 anos		X		Art. 4º, inciso III da Lei Complementar nº 80/1994

